

BRB perde 600 mi com anistia a micro

Mas presidente da ACDF diz que rombo pode ser recuperado em um mês e meio

Caso a Emenda Mansueto de Lavor, que propõe anistia a micro, pequenos e médios empresários e produtores rurais, seja aprovada pela Assembléia Constituinte, o Banco de Brasília (BRB) perderá Cz\$ 600 milhões com o perdão das dívidas. Segundo o presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Nuri Andraus, a perda da fonte capitalizadora seria compensada em um mês e meio de operações financeiras. "A medida não representa a quebra da rede bancária".

O valor do "rombo" foi confirmado pelo diretor de Crédito Rural e de Desenvolvimento do BRB, Odival Osório Naves, que não vê, entretanto, como não aumentar o déficit público com a adoção da medida. Para os investidores de pequeno porte, a falência da microempresa causará um ônus maior do que a sua salvação. A posição é defendida pelos dirigentes da ACDF que intensificaram esta semana uma campanha de persuasão junto a deputados e senadores, visando à aprovação de proposta. Os empresários já fazem jus ao rótulo de falidos e quebrados, que acabaram ilhados e cercados

por juros e correção monetária incalculáveis.

Odival Osório disse que o Governo Federal seria obrigado a suprir mais esta descapitalização. Os empresários afirmam que o problema social deve ser analisado em primeiro plano. Nuri Andraus salienta que, durante o Plano Cruzado, foram criadas 6 mil pequenas e microempresas, quando os investidores atenderam a uma verdadeira incitação do próprio Presidente da República, que apresentou a todos o paraíso econômico da inflação zero. Acrescentou que a anistia não vai quebrar o sistema financeiro e mostrou números comprobatórios.

O empresário acredita em um lucro da rede bancária, este ano, da ordem de 13 bilhões de dólares. "Como a dívida dos microempresários e de pequenos produtores rurais chega a 1 bilhão de dólares, então é possível que o sistema financeiro comprometa uma redução dos lucros da ordem de oito por cento". Revelou que 32 mil empresas da cidade seriam beneficiadas, caso aprovada a Emenda Mansueto de Lavor. Comparando-se o rendimento positivo nos ban-

cos, que assume cifras estratosféricas, e a calamidade porque passa o setor, o provável é que o aspecto social sobressaia.

PRESSÃO

O Poder Executivo parece estar recebendo uma forte pressão dos banqueiros, pois não há porque fazer tanto barulho em torno de uma redução de menos de dez por cento na margem de lucro. "A dívida dos empresários já foi paga três ou quatro vezes, mas, devido a alguma fórmula desconhecida, continua a se multiplicar". Para Odival Naves, do BRB, a anistia tem uma justificativa social lógica, que não encontra respaldo, todavia na atual forma de tratamento dos empréstimos.

Enquanto o diretor afirma que os empresários já são beneficiados com uma proposta de abatimento do saldo devedor de 45 por cento — atitude que segundo coloca estaria sendo seguida pela rede privada — estes acenam com dívidas que continuam a ser inviáveis — estas subiram 1 mil 256 por cento de março de 87 até hoje. Para Carlos Magno de Melo, coordenador da campanha de persuasão da ACDF, a palavra

correta não é anistia, "pois não há nada para ser anistiado. O que vai ocorrer é a compensação de um comportamento traíçoeiro".

O trabalho da equipe de Magno é mostrar a prefeitos, vereadores e presidentes de associações e sindicatos do entorno a importância da microempresa — assim como as correlatas da área rural —, que funcionam como "um tecido poroso que absorve a mão-de-obra à margem do mercado". Sem os pequenos investidores, é fácil constatar o aumento do subemprego, da marginalidade e da correria ao emprego público. "É aí que o ônus da falência é maior que o da salvação. Nesse aspecto, ocorre a evasão de impostos, mais déficit público, com aumento de funcionários, e outros gastos sociais". A visão institucional é a de que a medida torne necessário um sacrifício maior do povo brasileiro, mediante aumento dos juros, do déficit público e, conseqüentemente, da carga inflacionária. Os empresários, em contrapartida, acham que o governo precisa, agora, defender uma economia que deixou de ser subterrânea através do próprio estímulo estatal.